

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos; BRAGA, Sofia. "Poderosos Guardiões Erguendo-se Sobre Jangadas de Pedra: A Torre de Belém como Arquétipo de Fortes-Ilha no Além-Mar Português (Entre os Séculos XVI e XIX)". In: ALMEIDA, Isabel Cruz; NETO, Maria João (ed.). *Sphera Mundi: Arte e Cultura no Tempo dos Descobrimentos*. Lisboa: Caleidoscópio, 2015, pp.73-86.

SPHERA MUNDI

ARTE E CULTURA NO TEMPO DOS DESCOBRIMENTOS

Isabel Cruz Almeida • Maria João Neto
(eds.)



PODEROSOS GUARDIÕES ERGUENDO-SE SOBRE JANGADAS DE PEDRA: A TORRE DE BELÉM COMO ARQUÉTIPO DE FORTES-ILHA NO ALÉM-MAR PORTUGUÊS (ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX)

JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS

*Doutor em Arquitectura / Investigador de Pós-Doutoramento,
ARTIS | Instituto de História da Arte da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal
joaquimr.santos@gmail.com*

SOFIA BRAGA

*Doutoranda em História da Arte, Ciências do Património e Teoria do Restauro,
ARTIS | Instituto de História da Arte da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal
sofiamarceau@gmail.com*

Resumo

A presente comunicação enumera e analisa sucintamente um conjunto de fortificações, erguidas pelos portugueses nos seus territórios ultramarinos, que apresentavam como característica comum precisamente a sua condição de fortes-ilha da época da Expansão Portuguesa. Recorrendo a fontes iconográficas, pretende-se apresentar brevemente estas fortificações e a sua evolução arquitectónica durante o período português, abrangendo especialmente a época entre inícios do séc. XVI e inícios do séc. XIX.

Palavras-chave

Torre de Belém; fortes-ilha; império português; arquitectura militar

NOTAS PRELIMINARES

A Torre de Belém em Lisboa representou, sob muitos pontos de vista, uma inovação na arquitectura militar da transição da poliorcética neurobalística para a pirobalística. Para além de assumir o seu pioneirismo enquanto reduto militar experimental, foi-o também no campo artístico, ao assumir uma linguagem manuelina. A estes dois importantes aspectos junta-se ainda um terceiro: a sua implantação *sui generis*, como um barco de guerra feito de pedra, fundeado frente à praia do Restelo, guardando a entrada do rio Tejo e de Lisboa, a capital portuguesa.

Apesar de excepcional e quase singular, esta fortificação não foi de modo algum um caso isolado no mundo português, no que respeita à peculiar localização circundada por água (mar ou rio): da América do Sul à Ásia, passando por África – e por territórios ainda hoje portugueses, como a Madeira –, encontram-se ainda diversas estruturas fortificadas (ou vestígios destas) que nos lembram a sua outrora indispensável função de guardar as embocaduras de rios ou de portos marítimos.

Se a forma arquitectónica não foi, na sua quase totalidade, um modelo seguido para estas fortalezas insulares ultramarinas, já a sua implantação como ilhéu e a função defensiva assumidas pela torre de Belém tornaram-na um arquétipo seguido por algumas fortificações portuguesas de além-mar, em paralelo com o próprio território continental português.

Como parte integrante de um estudo ainda em desenvolvimento, a comunicação enumera e analisa, de modo bastante sucinto, um conjunto de fortificações erguidas pelos portugueses nos seus territórios ultramarinos, que apresentavam como característica comum precisamente a condição de fortes-ilha da época da Expansão Portuguesa (início do séc. XVI a início do séc. XIX). São ainda brevemente mencionados casos em Portugal continental.

AS FORTIFICAÇÕES-ILHA DE ALÉM-MAR

(Portugal e) Ilhas Adjacentes

Foi no alvorecer da Idade Moderna¹ que se assistiu à construção de Torre de São Vicente (vulgarmente designada como Torre de Belém, mas também chamada em tempos como Baluarte do Restelo) em Lisboa², situada sobre um afloramento rochoso ao largo da margem fluvial no Restelo³. Embora edificada entre 1514 e 1519, segundo projecto de Francisco de Arruda e a mando de D. Manuel I, a idealização da fortificação vinha sendo pensada já desde a época de D. João II, visto que Garcia de Resende teria já debuxado um primeiro risco para a nova fortaleza, integrada num sistema defensivo da barra do Tejo que protegia a capital do reino. Estava-se então num modelo de transição da neurobalística para a pirobalística, e o rápido desenvolvimento da poliorcética obrigava a uma constante evolução da arquitectura militar defensiva, motivando o experimentalismo nas estruturas defensivas – como sucedeu na Torre de Belém, que se apresenta como sendo um modelo de algum modo empírico e híbrido no âmbito da arquitectura militar defensiva.

A defesa da barra do Tejo possuía ainda um segundo forte-ilha, implantado precisamente a meio da foz do rio, num banco de areia

1. Não podemos falar de fortes-ilha portugueses sem primeiro aludir brevemente ao vetusto e longínquo ascendente português da Torre de Belém: o pitoresco castelo medieval de Almourol, implantado numa pequena ilhota a meio do rio Tejo, cujas primitivas estruturas castrejas foram reedificadas pelos templários na segunda metade do séc. XII. Embora não sendo, em si mesmo, uma estrutura que forme uma ilha fortificada, não deixa por isso de possuir uma peculiar localização insular de importância fundamental nos sistemas defensivos para protecção marítima/fluvial de pontos estratégicos.
2. Sobre as fortificações em Portugal e antigos territórios ultramarinos, assim como a sua contextualização geral e representações iconográficas e cartográficas, ver entre outros: MATTOSO, José (dir.) – *Património de Origem Portuguesa no Mundo* (3 vols.). Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010; DIAS, Pedro – *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822)* (2 vols.). Círculo de Leitores, Lisboa, 1998-99; PAULINO, Francisco Faria (coord.) – *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994; MOREIRA, Rafael – *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Publicações Alfa, Lisboa, 1989; CORTESÃO, Armando, MOTA, Avelino Teixeira da. *Portugaliae Monumenta Cartographica* (6 vols.). Comissão Nacional para a Comemoração do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1960; SILVEIRA, Luís – *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar* (4 vols.). Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1957.
3. Fruto de aterros realizados ao longo dos tempos, a margem foi-se aproximando da fortificação. Entre 1780 e 1782 a Torre de Belém ficou mesmo com ligação permanente a terra, aquando da construção de uma muralha unindo-a ao vizinho Forte do Bom Sucesso, construído sob o reinado de D. Maria I por Guilherme de Valleré.

resultante do seu progressivo assoreamento: o Forte de São Lourenço da Cabeça Seca (Torre do Bugio). O primitivo forte, de madeira e de pequenas dimensões, que havia sido construído a partir de 1578 por sugestão de Francisco de Holanda ao monarca D. Sebastião, foi substituído pelo actual forte circular de pedra a partir de inícios da década de 1590. Até ao final da sua construção em 1657, nomes como João Vicente Casale, Tibúrcio Spanochi, Anton Coll, André de Prade, Leonardo Torriano, frei João Torriano e Mateus do Couto deram, em maior ou menor escala, o seu contributo projectual, que determinou a forma final da fortificação.

De referir muito brevemente mais duas fortificações, em território continental português, que se encontram circundadas por água e que, apesar de não se poderem considerar, de certo modo, como fortes-ilha – uma porque possui ligação a terra mediante uma ponte, e a outra porque não ocupa integralmente a área insular (ainda que o espaço disponível exteriormente à fortificação seja relativamente exíguo), merecem ainda assim ser mencionadas: o Forte de São João Baptista (Forte da Berlenga), implantado sobre um rochedo no interior de uma pequena baía na costa oriental da ilha da Berlenga Grande, ao largo do Cabo Carvoeiro e de Peniche; e o Forte da Ínsua, localizado numa pequena ilha situada na embocadura do rio Minho ao largo de Caminha, protegendo a barra do rio fronteiriço do extremo noroeste de Portugal, assim como o vizinho Convento de Santa Maria da Ínsua.

Relativamente ao tema em epígrafe, a fortificação ilhada presente no além-mar português mais próxima ao território continental situa-se no espaço geográfico que seria conhecido como Ilhas Adjacentes⁴, já no contexto colonial de Oitocentos. Desde a sua fundação quatrocentista que a povoação do Funchal esteve sujeita a incursões de corsários e forças inimigas da coroa portuguesa, pelo que se foi desenvolvendo paulatinamente um sistema defensivo centrado na baía funchalense. Esta baía possuía dois rochedos ilhados, não muito longe

4. Sobre as fortificações nas Ilhas Adjacentes, e mais especificamente no Funchal, ver entre outros: CARITA, Rui – *Arquitetura Militar da Madeira: Séculos XV a XVIII* (texto policopiado). Dissertação de Doutoramento (Universidade de Lisboa), 1993; SILVA, Fernando Augusto da, MENEZES, Carlos Azevedo. *Elucidário Madeirense* (3 vols.), Secretaria Regional da Educação e Cultura, Funchal, 1978.

da sua extremidade ocidental, que desde cedo terão sido consideradas importantes para a estruturação da sua defesa, estando um localizado praticamente junto à costa – o Ilhéu Pequeno – e o outro mais ao largo mas a não muito longa distância do primeiro – o Ilhéu Grande. Apesar de ser previsível uma intenção já anterior para fortificar ambos os ilhéus, Mateus Fernandes *o Novo* não contemplou ainda tal solução na planta por si elaborada em c.1567-70, tendo em vista a organização das defesas do Funchal.

Somente em finais do domínio filipino se terá tentado iniciar, de modo ainda incipiente, a fortificação do Ilhéu Grande, tendo sido feita nova tentativa já em pleno período da Guerra da Restauração. João Bartolomeu deixou em 1654 a traça do Forte de Nossa Senhora da Conceição (Forte do Ilhéu): o forte representado possuía planta circular com um edifício ao centro, sendo o acesso feito mediante escadas exteriores desde a base do rochedo. A fortificação foi recebendo melhorias até final do século, incluindo a construção da capela e cisterna. Em 1703 poderá ter sofrido uma remodelação que lhe conferiu a forma trapezoidal actual, onde as edificações de serviço (aquartelamento, paiol, capela, entrada e escadas de acesso) se encontram encostadas ao pano de muralha norte, virado para a baía. Em 1771 Francisco de Alincourt projectou a união entre os dois ilhéus e destes a terra, conforme se pode verificar nos estudos que desenvolveu; porém, apenas a partir de 1876 se iniciou a construção do molhe que uniria ambos os ilhéus a terra. Existe todo um conjunto de iconografia e cartografia que permite verificar a condição do forte insular madeirense nos sécs. XVIII e XIX⁵, a que se junta também a fotografia a partir de meados do séc. XIX.

Torna-se necessário enumerar ainda outro caso de uma fortificação funchalense com características insulares que não pertence ao grupo mais restrito de fortes-ilha: no Ilhéu Pequeno, situado na extremidade ocidental da baía do Funchal, aloja-se o Forte de São José (Forte da

5. Destaca-se a cartografia elaborada por Vincenzo Coronelli em 1696-97, pelo comandante Skinner em 1775, por Reinaldo Oudinot em 1804, e por Paulo Dias de Almeida em 1817 e 1824; mas também a iconografia executada por Thomas Hearne em 1772, por Thomas e William Daniell em 1784, por G. B. Lawrence em 1808, por R. Ackermann em 1821, por James Bulwer em 1827, por Eduard Hildebrandt em c.1850, e por Frank Dillon em 1850.

Pontinha). De mencionar a existência de dois projectos não executados que previam a fortificação de ilhéus: a fortificação do ilhéu fronteiro a Vila Franca do Campo, ilha de São Miguel nos Açores, e a fortificação prevista para o Ilhéu de Santa Maria, localizada à entrada na baía da cidade da Praia em Cabo Verde, na sua parte mais ocidental.

O Estado do Brasil

A primeira capital do futuro Estado do Brasil⁶ foi planeada no seu início como cidade-fortaleza, e foi com esse pressuposto que em 1549 D. João III incumbiu o governador-geral Tomé de Sousa de fundar na Baía de Todos os Santos a urbe de Salvador. De modo a complementar a defesa do porto, no início da segunda década do séc. XVII terá sido construído o Forte da Laje, num afloramento rochoso não muito distante da margem da encosta onde a cidade estava implantada, à qual se ligaria mediante uma ponte ou molhe. As representações iconográficas e cartográficas iniciais da cidade de Salvador ilustram como seria o forte, que terá desaparecido na viragem do séc. XVIII para o séc. XIX.

Em 1650 foi determinada a construção de uma nova fortificação insular num banco arenoso ao largo da cidade. Seguindo um projecto enviado de Lisboa, o Forte de Nossa Senhora do Pópulo e São Marcelo (Forte do Mar) foi iniciado por Filipe Guiton (substituído logo depois por Pedro Garcim) e apresentava uma forma circular semelhante à Torre do Bugio em Lisboa: sobre um enrocamento de pedras foi implantada uma bateria alta central (torreão), rodeada por um anel constituído por um corredor envolvido por uma bateria baixa; ainda inacabado, a partir de c.1714 o forte sofreu uma reforma seguindo as recomendações de

6. Sobre as fortificações no Estado do Brasil, e mais especificamente em Salvador e no Rio de Janeiro, ver entre outros: MOREAU, Filipe Eduardo. *Arquitetura Militar em Salvador da Bahia, Séculos XVI a XVIII* (texto policopiado). Dissertação de Doutorado (Universidade de São Paulo), 2011; MORAES, Sandra Vizkovic. *As Fortificações da Cidade do Rio de Janeiro: Uma Abordagem Histórica, Visando a Contribuição para o Desenvolvimento do Turismo Cultural Rio de Janeiro*. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006; FERREIRA, Arnaldo Manuel de Medeiros. *Fortificações Portuguesas no Brasil*, Edições Elo – Circulo de Leitores, Lisboa, 2004; OLIVEIRA, Mário Mendonça de. *As Fortificações de Salvador quando Cabeça do Brasil*. Fundação Gregório de Matos, Salvador, 2004; BARRETO, Aníbal. *Fortificações no Brasil (Resumo Histórico)*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1958.

João Massé, nomeadamente a construção de uma cisterna e o aumento do terrapleno da bateria baixa. Esta forma prevaleceu até ao início do séc. XIX, conforme demonstra a variada iconografia existente⁷: porém, o levantamento de João Teixeira feito em c.1809-10 mostra já a redução da altura da bateria alta para um nível ligeiramente inferior ao da bateria baixa, e as troneiras foram substituídas por parapeito de barbeta, situação ainda hoje visível.

O Rio de Janeiro, que viria a ser a segunda capital do Estado do Brasil, possui também um forte-ilha a defender a entrada da Baía da Guanabara, o Forte da Laje (Forte Tamandaré). No ilhéu que inicialmente poderá ter albergado a efémera Bateria Ratier, construída pelos franceses em c.1555 sob comando de Nicolas Durand de Villegagnon (logo abandonada), e onde Salvador Correia de Sá pretendeu erigir ainda em 1584 um pequeno fortim, foi iniciada em c.1644 a construção do Forte da Laje, no contexto da Guerra da Restauração; a planta de Manuel Vaz Pereira, elaborada em 1645, pretendia aliás demonstrar a sua importância para a defesa da barra, conjugando a linha de fogo com as fortificações nas margens da baía.

A construção terá sido lenta, e somente em c.1704 surge a primeira imagem do forte, que Diogo da Silveira Veloso apresenta como tendo uma forma hexagonal alongada com um único nível, mas há que referir que a mesma poderia ser apenas um plano, visto que as diversas representações que ilustram o ataque do corsário francês René Duguay-Trouin não mostram qualquer fortificação no ilhéu. O ataque terá despoletado a necessidade de concretizar a fortificação do ilhéu, e em c.1714 surgem então planos para a construção do forte (de autor anónimo), que era já visível em variadas representações posteriores⁸. Terminadas as obras na década de 1770, o forte sofreu obras de reparação e remodelação no contexto das invasões napoleónicas e no período da

7. Na imagem de François Froger de c.1695, nas de José Caldas (de 1758 e de c.1759), nas de Carlos Julião de 1779, na de João Francisco de Sousa e Almeida, na de Domingos Alves Branco Moniz Barreto de c.1691, na de Manuel Rodrigues Teixeira de c.1797, e na de um autor anónimo da segunda metade do séc. XVIII.

8. A imagem de autor anónimo de 1630 fornecia informações preciosas sobre a forma do forte. Já as imagens do autor anónimo de 1631 e a de M. Leveux de 1757 permitem apenas um vislumbre da planimetria do mesmo, enquanto as de autores anónimos de c.1760 e de 1774, a de Manuel Vieira Leão de c.1767-70, e as de José Fernandes Portugal e de José Correia Rangel de Bulhões (ambas de 1796) apenas apontam a existência do forte.

independência, sendo que a forma couraçada que actualmente exhibe foi adquirida por altura da Questão Christie (1862-65).

O Forte da Laje não foi porém a única fortificação com características insulares no complexo defensivo da Baía da Guanabara e do Rio de Janeiro: de facto, podem-se ainda mencionar as fortificações que foram erigidas na Ilha de Villegagnon (inicialmente o Forte Coligni, substituído depois pelo Forte de São Francisco Xavier, e finalmente pela Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição) e na Ilha das Cobras (Forte de São José, substituído depois pela Fortaleza de Santa Margarida), ambas frente ao Rio de Janeiro, e no lado oposto da baía, junto à povoação de Niterói, foi edificado o Forte de Nossa Senhora da Boa Viagem, num rochedo ilhado com ligação a terra mediante uma ponte.

Mais a sul, também o sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina possuía três fortificações com características insulares: o Forte de Santa Cruz de Anhatomirim e o Forte de Santo António de Ratones, localizadas em dois ilhéus da barra norte do canal da ilha, auxiliavam na sua defesa, ao passo que a barra sul era também protegida pelo Forte de Nossa Senhora da Conceição de Araçatuba, localizado num ilhéu à sua entrada. De referir ainda mais duas fortificações que, todavia, somente possuíam características parcialmente insulares durante a maré alta: o Forte dos Reis Magos em Natal, implantado num esteio de recifes e areia na barra do rio Potenji, e o já inexistente (mas contudo perceptível em diversas fontes iconográficas e cartográficas) Forte de São Francisco da Barra do Picão em Recife, também ele localizado num esteio de recifes que protegia a entrada do porto da cidade.

O Estado da Índia

No Estado da Índia⁹, o mais divulgado forte-ilha é o Forte de Santo António do Mar (Fortim do Mar, ou Panikotha no idioma local) em Diu, que protege a entrada oriental do rio Chassis, entre a península de Gogolá e a Fortaleza de São Tomé na extremidade oriental da ilha de Diu. Atraídos pelo comércio no Golfo da Cambaia, desde o início do séc. XVI que os portugueses frequentaram esta cidade – e estabeleceram, pouco depois, uma feitoria nesta –, tendo-lhes sido cedido, além do espaço dedicado à feitoria (onde hoje se encontra a fortaleza), um pequeno baluarte na barra do rio Chassis. Em 1535 foi finalmente permitido aos portugueses estabelecerem na ilha de Diu com uma fortificação, a qual foi três anos depois cercada pelos guzerates com apoio turco, tendo resistido com grande esforço.

Será dessa altura a primeira representação do forte insular (e do próprio conjunto da cidade de Diu e Península de Gogolá), realizada em c.1538-39 por João de Castro, que integrava os reforços que socorreram a cidade: este fortim possuiria um baluarte arredondado na parte oriental, virada ao mar, e uma plataforma alongada na parte ocidental, sendo a articulação entre ambas feita mediante uma torre defensiva central de feição medievalizante, conferindo ao conjunto um aspecto híbrido de transição entre a fortificação abaluartada e o arcaísmo dos sistemas poliorcéticos adaptados à neurobalística. No esteio arenoso que se estendia entre o forte e a península de Gogolá estaria uma estacada, impedindo a progressão de navios por essa banda. A representação de Gaspar Correia feita em 1546, em vésperas do segundo cerco de Diu, mostra uma imagem mais simplificada do forte, constando somente de um baluarte arredondado – provavelmente seria a forma inicial da fortificação guze-

9. Sobre as fortificações no Estado da Índia, e mais especificamente em Diu, Quelme e Taná, ver entre outros: MENDIRATTA, Sidh Losa. *Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia (1521-1739)* (texto policopiado). Dissertação de Doutoramento (Universidade de Coimbra), 2012; SANTOS, Joaquim Rodrigues dos, MENDIRATTA, Sidh Losa – “...A Melhor Cousa que Vossa Alteza tem Nestas Partes”: Representações das Cidades da Província do Norte do Estado da Índia (Séc. XVI-XVIII). In <http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/29.pdf> (2015.04.28; 10h); GARCIA, José Manuel. *Cidades e Fortalezas do Estado da Índia (Séculos XVI e XVII)*. Quidnovi, Lisboa, 2009; SANTOS, Joaquim Rodrigues dos, MENDIRATTA, Sidh, Losa. *Sistemas Defensivos das Ilhas de Tiswadi e de Diu (séc. XVI-XVIII)*. CEAMA, nº 5, Centro de Estudos de Arquitectura Militar de Almeida, 2009, 92-106.

rate, que terá sido muito provavelmente remodelado pelos portugueses quando tomaram posse do mesmo –; pode-se observar ainda uma corrente metálica que ligava o forte à fortaleza na Ilha de Diu, impedindo a progressão de navios inimigos.

Por três vezes, em 1610, c.1615-20 e c.1620-40, Manuel Godinho de Herédia representou o Forte do Mar como complemento do sistema defensivo da cidade de Diu, ilustrando-o com uma forma ovalada e uma espécie de baluarte semi-torreado adossado à parte norte. Algo que não corresponderia à realidade, e que terá sido devido ao facto de Herédia nunca ter estado em Diu, tendo elaborado o desenho a partir de descrições coevas; o mesmo terá sucedido com Pedro Barreto de Resende, que nas suas representações realizadas em 1635 e c.1646 repete a forma arredondada do baluarte – muito provavelmente porque as suas imagens se inspiraram nas de Herédia (embora tenha retirado o bastião semi-torreado, tornando o conjunto de nível e deixando uma indicação do mesmo), já que também Resende nunca terá estado em Diu, e por isso reitera parte das imprecisões do seu antecessor¹⁰.

O Forte do Mar foi ainda alvo de representações por parte de estrangeiros, embora sem qualquer tipo de correspondência com a realidade, pois estas foram sendo elaboradas com base em descrições (directas ou indirectas) feitas por viajantes que visitaram Diu, mas também com base em publicações (cartas, roteiros, livros, etc.) que por essa época iam sendo publicadas Europa fora: de facto, as representações de Georg Braun e Franz Hogenberg em 1572, de Daniel Meisner em 1627 ou de Philip Baldaeus em 1672 mostram o forte como sendo uma possante torre forte – com forma paralelepipedica e a mencionada corrente unindo-a à ilha nos primeiros casos, e com forma cilíndrica no último –, completamente inverosímil face ao existente na época.

O forte foi ainda apontado numa imagem do início do séc. XVII de um autor anónimo de proveniência holandesa, certamente elaborada no

10. Foram realizadas posteriormente diversas imagens baseadas nas representações de Resende, entre as quais as de dois autores anónimos em c.1636 e em meados do séc. XVII, de João Teixeira Albernaz *o Velho* em 1635, de António de Mariz Carneiro em 1639, e de Manuel de Faria e Sousa em 1666-75; Albernaz produziu ainda uma cópia da representação de João de Castro em 1630 (o mesmo fez também o autor anónimo do séc. XVII) e de Herédia em c.1648.

seio da Companhia das Índias Orientais holandesa como documento operativo configurando eventualmente a preparação para uma invasão da ilha por parte destes. A representação da sua forma mostra um conjunto formado por um baluarte rectangular unido na ponta oriental a um baluarte redondo, sem a alusão à torre existente. João Gabriel de Chermont, no levantamento elaborado entre 1788 e 1790 da ilha de Diu, faz igualmente um apontamento do Forte do Mar, embora sem expressão. Já nas imagens produzidas por João António Sarmento em 1790 e por José Aniceto da Silva em 1833, a planimetria básica do forte mostrava-se já igual à actualmente existente, onde uma torre de planta trapezoidal com dois pisos articula um baluarte alongado a ocidente com um baluarte ovalado a oriente, ambos mais baixos. Ainda no território de Diu existe um forte com características insulares, o Forte de Santo António em Simbor, situado num minúsculo exclave situado duas dezenas de quilómetros a nascente da ilha de Diu¹¹.

Também no território da Província do Norte, a cerca de uma trintena de quilómetros a norte da sua capital, Baçaim, localiza-se um forte-ilha para o qual não se conhece qualquer documento iconográfico histórico: o Forte do Mar (também chamado Baluarte do Mar, ou Pankot no idioma local) em Quelme, localizado num banco de areia na barra do rio Danda. Pouco se sabe sobre esta fortificação, que deverá ter sido erigida em inícios do séc. XVIII, ou seja, já no período final do domínio português (a Província do Norte foi conquistada pelos maratas em 1739, tendo permanecido portugueses apenas os territórios de Diu e o envolvente a Damão), e teria aparentemente sofrido reaproveitamentos posteriores. O forte compõe-se de uma torre triangular a ocidente, a partir da qual se desenvolve, para nascente, um baluarte rectangular mais baixo, rematado em bico no extremo oposto à torre.

Torna-se necessário enunciar também o sistema defensivo de Taná, um dos pontos-chave da defesa da Província do Norte (e mais especificamente da ilha de Salcete), que englobava diversas estruturas fluviais

11. Na ilha de Diu existiriam ainda um conjunto de cinco fortificações ao longo do rio Chassis que protegiam a ilha nos pontos mais vulneráveis: o Forte de Santo Inácio do Passo Seco), o Forte de Passo Covo, o Fortim Novo, e o Forte de Derame, além da menção a uma atalaia. Estas estruturas localizavam-se em áreas pantanosas que, em diversos momentos, cercariam de água as fortificações.

ou semi-fluviais no trecho do rio Taná que era mais estreito e, por isso, susceptível de atravessamento por inimigos. Essas pequenas fortificações podem ser observadas em alguns registos cartográficos antigos, apesar de actualmente já nada restar delas: numa ilhota a jusante de Taná estaria localizado o Baluarte dos Reis Magos (também chamado como Baluarte do Mar); também a jusante, mas mais próximo de Taná, ficaria o Baluarte de São Pedro do Passo Seco (também chamado Baluarte do Passo do Meio), num esteio arenoso que durante a baixa-mar possibilitaria o acesso pedonal desde a margem; a montante de Taná ficaria o Baluarte de São Jerónimo (inicialmente chamado como Baluarte de Santa Cruz do Passo Cansado), também acessível a pé durante as marés vazias¹².

A enumeração das fortificações insulares de origem portuguesa não ficaria completa sem a referência ao Forte de São Lourenço na Ilha de Moçambique, implantado num ilhéu rochoso a poente da ilha, protegendo a entrada na baía por esse lado. Finalmente, uma rápida menção para dois casos ainda insuficientemente estudados e que surgem na iconografia e cartografia histórica: ao largo de Curiate, na região do Golfo Pérsico, que os portugueses ocuparam e fortificaram, existe um ilhéu rochoso que possui uma torre atalaia, a qual poderá eventualmente ter relação com a torre representada por Pedro Barreto de Resende em 1635; o mesmo Barreto de Resende representa também uma estrutura fortificada num ilhéu ao largo de Malaca, a Ilha das Naus, onde todavia não restarão vestígios da fortificação – se é que a mesma chegou a ser efectivamente construída.

12. Convém mencionar que, além dos três baluartes, existiriam também nas proximidades de Taná três torres-atalaia também elas semi-fluviais, a Torre de São José ligeiramente a norte da povoação, e a Torre de Santo António e a Torre de São João, ambas a sul e no mesmo ilhote onde se situava o Baluarte de São Pedro do Passo Seco.

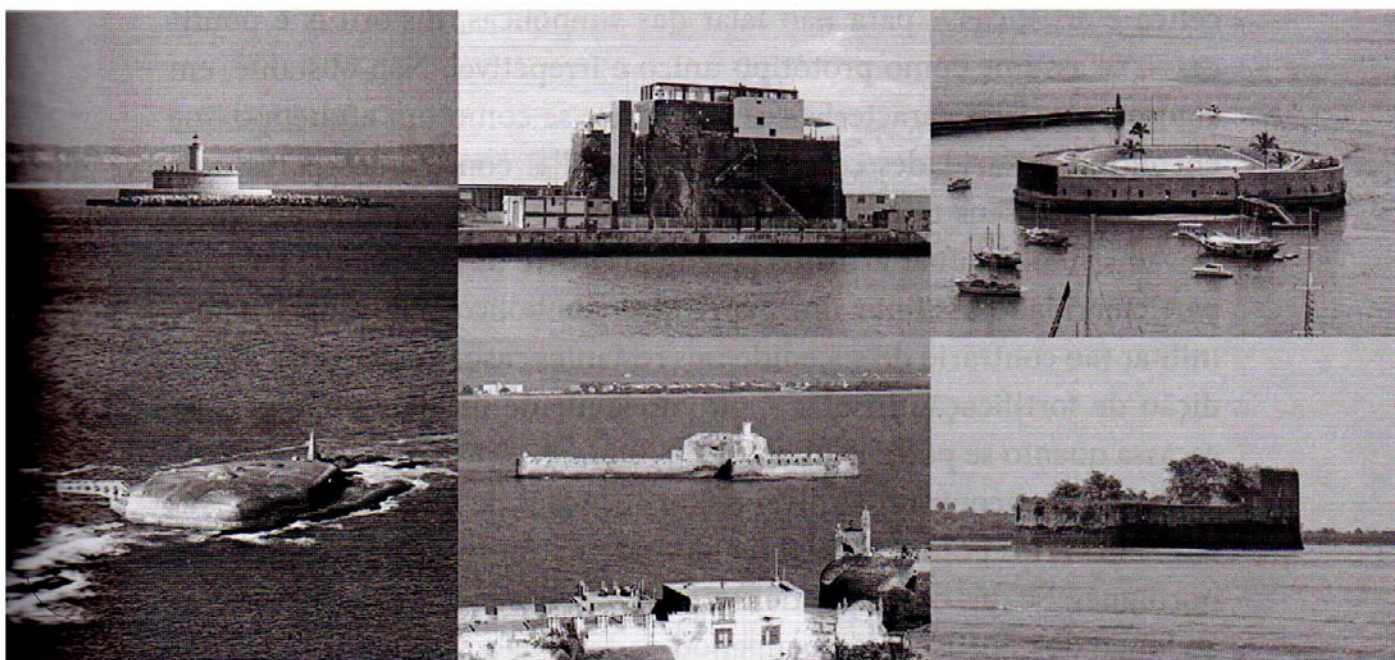


Fig. 1 a 6 – Da esquerda para a direita e de cima para baixo: Torre do Bugio em Oeiras, Forte do Ilhéu no Funchal, Forte de São Marcelo em Salvador da Bahia, Forte Tamandaré no Rio de Janeiro, Fortim do Mar em Diu, e Baluarte do Mar em Quelme

NOTAS FINAIS

A Torre de Belém constitui um modelo singular de fortificação que, pela conjugação específica de circunstâncias da implantação, da poliorcética e artísticas – para não falar das simbólicas, históricas e políticas –, se assume como protótipo único e irrepetível. Não obstante, em algumas das suas características constituiu-se como um arquétipo que encontra similaridades com outros fortes-ilha construídos pelos portugueses nos seus territórios ultramarinos. Se mais nenhum atingiu o elevadíssimo patamar artístico patente na Torre de Belém, que pela sua particularidade assumiu um papel mais simbólico que propriamente militar (ao contrário do sucedido nos restantes casos analisados), a condição de fortificação insular – ou parcialmente insular – não era tão escassa quanto se poderia imaginar.

De facto encontram-se diversas fortificações de características insulares em vários pontos do globo que em tempos estiveram sob domínio português. Se uns correspondem a estruturas defensivas mais dispersas ao longo dos ilhéus, não o ocupando na totalidade, ou ainda se encontravam implantados tão próximo à costa que permitiam uma conexão com esta por intermédio de pontes ou durante a baixa-mar, existem casos em que a fortificação corresponde ela própria a um forte-ilha, como o Forte do Ilhéu no Funchal, o Forte de São Marcelo em Salvador ou o Forte da Laje no Rio de Janeiro. Mais próximo ainda das especificidades a nível formal da Torre de Belém está o Fortim do Mar em Diu, que articula uma torre mais elevada com baluartes mais baixos; porém, talvez o caso mais semelhante seja o Baluarte do Mar em Quelme, que à imagem da sua precursora quinhentista lisboeta, agrega um baluarte mais baixo com uma torre num dos seus extremos.